

A GUERRA DOS TRONOS: Elisabeth e Mary Stuart

José Renato Ferraz da SILVEIRA¹
Juliana Graffunder BARBOSA²

Resumo: Por meio de pesquisa bibliográfica, o presente artigo busca analisar o tempo histórico da rainha Elisabeth no que concerne, em específico, ao embate com a rainha escocesa Mary Stuart. Foram selecionados – como recortes para análise – os conflitos, os paradoxos e as tensões que perpassam a busca pela legalidade e pela legitimidade. Na eterna disputa pelo poder, os personagens políticos se deparam com a vida e a morte, a ascensão e a decadência, a glória e o fracasso, que são etapas inevitáveis e constitutivas do jogo dos tronos. O presente estudo, sob um viés realista, problematiza o trinômio – conquista, manutenção e a queda do poder - acerca do impactante e devastador significado de política como tragédia em que a busca pela ordem e pela harmonia em face do desequilíbrio e caos está sempre presente.

Palavras-Chave: Elisabeth. Mary Stuart. Conflitos. Paradoxos. Tensões. Jogo dos Tronos.

THE WAR OF THRONES: ELISABETH AND MARY STUART

Abstract: By means of literature research, this article seeks to analyze the historical time of Queen Elisabeth regarding, in particular, the clash with the Scottish queen Mary Stuart. We selected - as cutouts for analysis - conflicts, paradoxes and tensions that underlie the search for legality and legitimacy. In the eternal struggle for power, the characters are faced with political life and death, the rise and decay, the glory and failure, which are inevitable and constitutive stages of the game of thrones. In this study, under a realistic bias, we discuss the triad - conquest maintenance and fall from power - about the shocking and devastating meaning of politic as tragedy in the pursuit of order and harmony in the face of chaos and instability is always present.

Keywords: Elisabeth. Mary Stuart. Conflicts. Paradoxes. Tensions. Game of

¹ Doutor em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), mestre em Ciência Política e bacharel em Relações Internacionais pela mesma instituição. É professor adjunto da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e líder do Núcleo PRISMA - Pesquisas em Relações Internacionais de Santa Maria. E-mail: jreferraz@hotmail.com.

² Acadêmica do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria e pesquisadora do Núcleo PRISMA - Pesquisas em Relações Internacionais de Santa Maria. E-mail: jugraffunder@gmail.com.

Thrones.

Introdução

Elisabeth estava com 25 anos de idade quando, destreinada de assuntos políticos, sucedeu à sua meia irmã, no dia 17 de novembro de 1558; a jovem filha de Henrique VIII tomara em suas mãos o perturbado reino insular que governaria por quase meio século. Em seu longo reinado passaria por inúmeros perigos desde crises econômicas, catástrofes naturais, subversões, intrigas palacianas, além de inimigos estrangeiros. E uma das batalhas de Elisabeth para se manter no poder foi o confronto com a rainha escocesa Mary Stuart. O presente estudo analisa o conflito entre as duas soberanas no que tange as seguintes categorias: personalidade, percepção, ação e decisão.

Mary Stuart

De acordo com Churchill (1960), Mary Stuart, rainha da Escócia, perdera seu jovem esposo, Rei Francisco II, logo após sua ascensão ao trono e, em dezembro de 1560, ela voltou ao seu país. Os tios de sua mãe, os Guise, logo perderam a influência que tinham na corte francesa, e sua sogra, Catarina de Médici, substituiu-os como regente do Rei Carlos IX. Assim, na segunda metade do século XVI, durante algum tempo, três países foram controlados por mulheres: França, Inglaterra e Escócia. Desses, porém, somente o governo de Elisabeth tinha estabilidade.

Mary Stuart era uma personalidade diferente de Elisabeth, embora de certo modo a situação de ambas fosse semelhante. Eram descendentes de Henrique VII, possuíam um trono, viviam em uma época na qual era novidade uma mulher ser chefe de Estado e, naquele instante, não eram casadas. Sua presença na Escócia abalou o delicado equilíbrio que Elisabeth alcançara por meio do Tratado de Leith, a nobreza católica inglesa, particularmente no norte, não era indiferente aos clamores de Mary.

Rainha da Escócia aos nove dias de idade, afastada de seu país desde a primeira infância para ser criada em França por seus parentes Guise com o objetivo de ser tornada mulher do herdeiro do trono francês. Mary teve uma infância de privilégios e luxo que lhe permitiram deixar

dormentes quaisquer talentos que tivesse para as questões de Estado, mas lhe permitiram também se tornar voluntariosa e convicta de que sua vontade era lei (HELIODORA, 1978).

Alguns pretendentes alimentavam o sonho de desposá-la, entretanto, Elisabeth conhecia sua rival, pois, sabia que Mary era incapaz de separar suas emoções da política. De acordo com Allan (1996), a Rainha dos escoceses não tinha o vigilante autodomínio que Elisabeth adquirira nos anos amargos de sua infância.

Assim, Mary Stuart, poucos anos após chegar à Escócia, se casou com um primo, Henrique Stuart, Lorde Darnley. Conforme Churchill (1960), o casamento de Mary mostra o contraste entre as duas soberanas, Elisabeth antevira e evitara o perigo de escolher um marido em sua corte.

Henrique Stuart, segundo a maioria dos autores, era um jovem fraco e pretensioso que tinha nas veias os sangue dos Tudors e dos Stuarts. O resultado dessa escolha, para Mary, foi desastroso. As velhas facções feudais, agora irritadas por conflitos religiosos, puseram o país sob seu controle, fazendo o poder da rainha se diluir aos poucos.

O verdadeiro senhor da Escócia, na altura do regresso de Mary Stuart (1561), era um pastor, João Knox, temível pela força e estreiteza da sua fé; a sua eloquência bíblica, granítica, agradava aos compatriotas. Knox, antigo padre católico, abraçara depois o anglicanismo. Fora ele quem obrigara Cranmer a suprimir a genuflexão na segunda edição do Prayer Book (MAUROIS, 1965).

João Knox e a ameaça fanática

Surge em cena um pregador poderoso: João Knox, que a exemplo de Calvino acreditava na predestinação; pensava que a verdade religiosa devia apenas ser procurada nas Escrituras, sem a admissão de qualquer dogma introduzido pelos homens; que o culto devia ser austero, sem pompa e sem imagens; que a instituição calvinista dos “Anciães da igreja” devia substituir bispos e arcebispos; finalmente, que ele João Knox era um dos eleitos, diretamente inspirado por Deus. Conforme Maurois (1965), Knox convenceu seus compatriotas acerca disso, e a assembleia eclesiástica liderada por ele, encarnava o Estado. De acordo com alguns autores, Knox fazia uma firme pressão político-religiosa sobre Mary Stuart que com uma firme paciência, suportava as humilhações que Knox a impunha.

De acordo com Maurois (1965), a relação entre Mary e Elisabeth era bastante complexa. Entre as duas se estabeleceu uma correspondência

amigável. Quando o casamento de Mary começou a ruir e Knox interferia nos assuntos de Estado, cortesãos trazidos da refinada corte francesa, para consolá-la nessa dividida terra, eram impopulares e um deles, David Riccio, foi apanhado em seu leito e morto a punhaladas.

Para Maurois (1965), o marido de Mary Stuart se tornou alvo de intrigas e boatos. Ele, provavelmente, era o responsável pela morte de Riccio. Odiando o marido, desesperada e sem alternativas, ela foi conivente com seu assassinato e, em 1576, se casou com o assassino, um guerrilheiro de fronteira, James Hepburn, Conde de Bothwell, cuja espada indomável ainda poderia salvar-lhe o trono e a felicidade, no entanto, o que veio foi a derrota e a prisão. Após ter seu marido encarcerado, em 1568, Mary escapou para a Inglaterra e se prostrou aos pés de Elisabeth, pedindo clemência.

Mary Tudor e a ameaça católica

Elisabeth conhecia muito bem, e por experiência própria, o significado da presença de Mary na Inglaterra, pois a prima escocesa passaria a ocupar exatamente a mesma posição que ela mesmo ocupara durante o reinado de Mary Tudor, sua irmã. O que não só ensinou um grande número de lições a Elisabeth àquele tempo, como também na verdade salvou-lhe a vida, foi sua inabalável recusa em participar de qualquer complotô protestante para destronar a irmã católica (HELIODORA, 1978, p. 55).

Segundo Churchill (1960), na Inglaterra, Mary se mostrou mais perigosa do que quando estava na Escócia: se tornou foco de conspiração e tramas contra a vida de Elisabeth. “O número de conspirações de que Mary foi centro, leva-nos a admirar a paciência de Elisabeth” (MAUROIS, 1965, p.288).

A sobrevivência do protestantismo na Inglaterra era ameaçada por sua presença. Emissários secretos da Espanha penetraram no país para fomentar a rebelião e coordenar os súditos católicos de Elisabeth. Toda a força da Contrarreforma volveu a um único país protestante unido da Europa e, se a Inglaterra fosse destruída, o Protestantismo provavelmente seria banido em toda parte.

A estratégia da conspiração católica era provocar o assassinato de Elisabeth, mas ela estava bem servida no quesito de serviço secreto inglês. Francisco Walsingham, assistente de Cecil e mais tarde seu rival no governo, localizou e prendeu agentes espanhóis e traidores ingleses.

Para Churchill (1960), Walsingham, de inteligência sutil, cujo conhecimento da política europeia suplantava o de qualquer membro do Conselho da Rainha, criou o melhor serviço secreto oficial da época. Contudo, havia sempre uma “chance” de algum conspirador escapar. Enquanto Mary visse sempre haveria perigo de que alguma pessoa, por ambição pessoal ou arruinada pelo descontentamento popular, se utilizasse dela e de suas pretensões para destruir Elisabeth e, em 1569 essa ameaça se concretizou. “A rebelião de 1569, no norte da Inglaterra, da qual forçosamente John Shakespeare se terá ocupado, foi um dos primeiros resultados do novo estímulo emprestado ao catolicismo pela presença de Mary na Inglaterra” (HELIODORA, 1978, p. 55).

Ao norte da Inglaterra, o meio social era muito mais primitivo do que nas férteis regiões sulistas. Nobres semifeudais, orgulhosos e independentes, se sentiam agora ameaçados não só pela autoridade de Elisabeth, mas também pelas hostes de novos potentados, como os Cecils e os Bacons, enriquecendo à custa da dissolução dos mosteiros, e famintos de poder político. Além do mais, havia profunda separação religiosa entre o norte e o sul: este era francamente protestante, enquanto o norte permanecia predominantemente católico.

Segundo Churchill (1960), outrora, os mosteiros eram o centro da vida em comum e da caridade. Sua destruição provocou a Peregrinação da Graça contra Henrique VIII, e ainda provocava uma teimosa resistência passiva contra as reformas religiosas de Elisabeth. Defendia-se, agora, a ideia do casamento de Mary com o Duque de Norfolk, decano da nobreza Pré-Tudor, o qual passou a encarar a possibilidade de disputar, com a sorte, a posse do trono, no entanto, se arrependeu em tempo.

Entretanto, em 1569, os Condes de Northumberland e Wetsmorland encabeçaram uma rebelião no norte. Mary ficou abrigada em Tutbury, aos cuidados de Lorde Hudson, soldado de Elisabeth e seu primo por parte dos Bolenas, além de seu servidor de confiança durante todo o reinado, e uma das poucas pessoas de suas relações. Antes que os rebeldes pudessem dominá-la, ela foi levada às pressas para o sul.

Conforme Churchill (1960), Elisabeth demorou a avaliar o perigo que se aproximava: os rebeldes planejavam dominar o norte do país, onde aguardariam um ataque, mas, não se confiavam mutuamente. Ao sul, os lordes católicos não se moveram; parece que não houve um planejamento de ação e as forças rebeldes do norte se espalharam pelas montanhas, em pequenos grupos.

Covardemente, se infiltraram através da fronteira a fim de encontrar salvaguarda e, assim, terminou o primeiro ato da vasta conspiração

católica contra Elisabeth. Após reinar, muito pacientemente, doze anos, ela ficou sendo, inquestionavelmente, a Rainha de toda a Inglaterra.

Nesse ínterim, Roma estava pronta para reagir, e em fevereiro de 1570 o Papa Pio V, ex-chefe da Inquisição, expediu uma bula de excomunhão contra Elizabeth. A partir de então, a Espanha, como maior potência católica da Europa, passou a contar com uma arma espiritual para ser usada em caso de precisar atacar, tendo em vista que a posição de Elisabeth enfraquecera.

Havia, então, um grande desafio: o Parlamento se agitava cada mais enquanto a Rainha continuava solteira, e seus constantes apelos levaram-na a agir. Entrou em negociação com Catarina de Medici, e uma aliança política foi firmada em Blois, no mês de abril de 1572.

Ambas as rainhas não confiavam no poder espanhol, uma vez que Catarina se convencera de que a França católica tinha tanto a temer da Espanha quanto a Inglaterra protestante. Durante um curto período os fatos colaboraram com Elisabeth. O ponto fraco da Espanha estava nos Países Baixos, onde uma densa população, com imensos recursos taxáveis, há muito caíra sob a influência de Filipe.

Toda essa região estava às portas da revolta, e mal o tratado fora assinado, quando a famosa resistência holandesa à tirania, integrada pelos chamados “Mendigos do mar” tomou a cidade de Brill, a revolta eclodiu nos Países Baixos. Elisabeth passou a ter, então, um novo aliado potencial no continente; chegou até pensar em se casar com um dos filhos mais moços de Catarina, sob a condição de a França não tirar vantagem da confusão para se expandir pelos Países Baixos. Um terrível evento em Paris, porém, fez malograr tal projeto. Pelo súbito massacre dos Huguenotes na véspera do dia de São Bartolomeu, a 23 de agosto de 1572, os Guises, favoráveis a Espanha e ultracatólicos, readquiriram poder político que haviam perdido dez anos antes.

A repercussão em Londres foi grande. O embaixador inglês, Francisco Walsingham, foi chamado por Elisabeth e, quando o embaixador francês foi explicar os acontecimentos, Elizabeth e toda a corte receberam-no em silêncio, trajando luto. Sua aliança com a corte francesa, evidentemente, falhara e Elizabeth foi levada a apoiar, secretamente, inclusive com dinheiro, os huguenotes franceses e holandeses. Haja vista, o sucesso dependia do fator tempo, uma vez que os recursos financeiros eram muito limitados e ela somente poderia manter esse auxílio enquanto os rebeldes estivessem na iminência do desastre.

De acordo com Churchill (1960), Walsingham, agora secretário de Estado, logo abaixo de Cecil, no Conselho da Rainha, estava descontente;

o exílio no reinado de Maria e sua atuação como embaixador em Paris convenceram-no de que o protestantismo somente sobreviveria na Europa com um ilimitado auxílio e encorajamento da Inglaterra. Afinal, não podia haver um acordo com os católicos; mais cedo ou mais tarde a guerra rebentaria e era imprescindível que tudo fosse feito para preservar e assegurar aliados potenciais antes do conflito final.

Cecil, agora Lorde Burghley, era contrário a tudo isto. A amizade com a Espanha, simbolizada no casamento de Catarina de Aragão e alimentada por interesses comerciais, era uma tradição dos Tudors, desde os tempos de Henrique VIII, e boas relações com a potência, que ainda controlava grande parte dos Países Baixos seria o único meio de preservar o grande mercado por onde se escoavam a lã e os tecidos ingleses.

O casamento de Filipe com Maria fora muito mal visto na Inglaterra, mas, na opinião de Burghley, não era o momento apropriado para cair no extremo oposto e intervir nos Países Baixos ao lado dos rebeldes de Felipe; tal gesto inflamaria os extremistas puritanos e injetaria um perigoso fanatismo na política exterior. Quando Burghley se tornou Lorde do Tesouro, em 1572, tomou atitude mais rija: cômico dos débeis recursos do Estado, profundamente atingidos pela perda do comércio com a Espanha e os Países Baixos, tinha convicção de que a política de Walsingham levaria à bancarrota e à ruína.

Elisabeth agora estava inclinada a concordar com ele, pois não lhe agradava assistir a rebeliões de outros povos, “esses seus irmãos em Cristo”, como certa vez disse a Walsingham, sarcasticamente, já que ela não simpatizava com o puritanismo irreconciliável. A tese de Walsingham fora violentamente fortalecida pelo massacre de São Bartolomeu, que obrigou a Rainha a entrar em uma guerra fria nos Países Baixos e numa guerra não declarada no mar, até ser obrigada a enfrentar um ataque maciço de uma Armada.

Esses acontecimentos na França e nos Países Baixos repercutiram na política interna inglesa. Muitos puritanos de início desejaram tolerar a Reforma elisabetana, na esperança de transformá-la de dentro para fora. De agora em diante, eles procuravam levar o governo a uma agressiva política exterior de inspiração protestante e, ao mesmo tempo, garantir sua própria liberdade de organização religiosa. Estavam fortalecidos no país: tinham aliados na corte e no Conselho, como Walsingham, com quem o favorito da Rainha, Leicester, estava, agora intimamente associado; nas vilas e condados da região sudeste da Inglaterra eles estavam ativos e, como desafio ao acordo da Igreja, formaram suas próprias comunidades religiosas, com ministros e cultos próprios, pois almejavam nada mais do que o

estabelecimento de um despotismo teocrático, já que, como os católicos, achavam que a Igreja e o Estado deviam ser independentes e separados.

Ao contrário deles, porém, acreditavam que a autoridade da Igreja era o conselho de anciões, o presbitério, livremente escolhido pelos fiéis, mas, uma vez escolhido, dotado de plena liberdade de ação, suplantariam o poder secular em inúmeros setores da sociedade; e esses homens eram contrários ao “*status quo*” religioso estabelecido por Elisabeth, bem como à Igreja Anglicana, com seu histórico cerimonial litúrgico e seus princípios bem compreensíveis. Eram contrários, ainda, ao seu governo episcopal, porque julgavam tudo isso contra a Sagrada Escritura, tal como Calvino a interpretava.

Para muitos autores, esta situação, de certo modo, já revelava a fraqueza ante o movimento reformista, além do mais, fora de Londres, nas universidades e em algumas cidades importantes. Os párocos dos primeiros tempos da era elisabetana não eram, geralmente, personagens da elite; muitas vezes, se mantinham no cargo porque se haviam submetido a Eduardo VI, depois mudado de crença sob os domínios de Maria e, finalmente aceito, “a religião praticada por S.M.”, como se expressou certa vez um tribunal ritual de justiça, apenas para garantir seu ganha-pão (CHURCHILL 1960, p. 95).

No entanto, conhecendo o latim, apenas o suficiente para ler os livros de orações, e quase incapazes de proferir um sermão decente, os controversistas, eloquentes e entusiastas pregadores e inescrupulosos panfletistas estavam aliciando adeptos nas hostes de Elisabeth, incutindo neles novos e alarmantes conceitos sobre o direito das congregações de se organizarem a si próprias, de trabalharem à sua moda, criando, afinal, sua própria Igreja. E por que não, no futuro, sua própria política, se não na Inglaterra, quiçá em outra parte?

Uma fenda foi aberta na sociedade inglesa, capaz de se transformar num abismo: a Igreja Luterana se adaptava bem à monarquia, até ao absolutismo. O calvinismo, porém, tal como se difundia na Europa, era uma força dissolvente, uma solução de continuidade na evolução social.

Com a volta à atividade dos exilados dos tempos de Maria Tudor, uma verdadeira bomba foi colocada junto aos alicerces da Igreja e do Estado inglês, pondo-os em perigo. Elisabeth sabia que os puritanos eram talvez os seus súditos mais leais, porém, temia que sua atuação violenta pudesse não só provocar o temível conflito europeu, como pôr em perigo a unidade do próprio reino. Nem a soberana, nem seu governo, atreviam-se a ceder um milímetro de sua autoridade, posto que o momento não fosse oportuno para uma guerra ou um levante religioso interno.

Não obstante, o conselho da Rainha contra-atacou. A censura à imprensa foi confiada a um corpo eclesiástico, conhecido como a Corte da Solene Comissão, que fora estabelecida em 1559 para julgar das ofensas contra a Igreja. Essa medida enfureceu os puritanos, os quais criaram uma imprensa secreta e ambulante, que, durante anos, distribuiu virulentos panfletos anônimos, culminando, em 1558, com a publicação de “Mártir Marprelate”, atacando as pessoas e a atuação dos “bispos fantoches”.

Durante meses os membros da Alta Comissão procuraram descobrir os autores dessa propaganda anônima. Os panfletos eram carregados de adjetivos grosseiros, num estilo desordenado e redundante e, por fim, um acidente fez com que a máquina de imprimir, que funcionava numa carroça em constante movimento, caísse ao solo numa rua de Londres. Os impressores foram presos, mas, os autores jamais foram descobertos.

Conforme ressalta Churchill (1960), os ataques dos católicos também aumentaram. Durante a década de 1570, inúmeros padres chegaram à Inglaterra, provenientes dos seminários ingleses de Douai e St. Omer, dispostos a manter a crença católica e as ligações entre os católicos ingleses e Roma. De início, a presença desses padres provocou pouca apreensão nos círculos governamentais. Entretanto, Elisabeth, contra todos os conselhos de Walsingham, custava a acreditar que pudesse haver traidores entre seus súditos católicos, e o fracasso do levante de 1569 fortaleceu sua confiança na lealdade deles.

No entanto, ao redor do ano de 1579, missionários de um novo e formidável tipo começaram a penetrar no país; eram os jesuítas, arautos e missionários da Contrarreforma, que haviam dedicado a vida à luta pelo restabelecimento da religião católica em toda a Cristandade. Fanáticos, eram indiferentes ao perigo pessoal e escolhidos a dedo para a missão. Seus inimigos os acusavam de usarem de assassinato para alcançarem seus objetivos.

Os mais destacados desses jesuítas eram Edmundo Campion e Roberto Parsons. Suas atividades eram cuidadosamente observadas pelos espíões de Walsingham, que descobriram vários atentados planejados contra a Rainha, o que forçou o governo a tomar medidas mais drásticas. A Rainha Maria mandara à fogueira perto de trezentos protestantes nos últimos três anos do seu reinado e nos últimos trinta anos do reinado de Elisabeth o mesmo número de católicos foi executado por traição.

As conspirações, naturalmente, giravam em torno de Mary da Escócia, que há longo tempo estava no cativeiro. Outrossim, ela seria herdeira do trono inglês no caso do desaparecimento ou morte de Elisabeth. Esta relutava em reconhecer que sua vida estava em perigo, todavia, os

complôs levantaram a questão de saber quem a sucederia no trono na hipótese da morte da soberana. Se Mary morresse, o herdeiro seria seu filho Jaime, que se achava seguro na Escócia, em mãos dos calvinistas.

Para evitar conspirações em nome de Mary, Walsingham e seus partidários no Conselho concentraram, então, seus esforços em persuadir a Rainha de que Mary deveria morrer, e, argumentando com fortes razões da cumplicidade de Mary nas inúmeras conspirações, alertaram e perturbaram a consciência de Elisabeth, que tremia à simples ideia de derramar sangue azul. A doutrina jurídica dos Dois Corpos do Rei é levantada pela rainha como forte argumento para não derramar sangue real.

Nesse período, havia indícios de que os jesuítas não estavam, propriamente, fracassando em sua missão. Contudo, Elisabeth não se apressava em suas decisões: preferia aguardar o desenrolar dos acontecimentos, que logo atingiram um ponto crucial.

Guilherme, o Silencioso, líder da revolta dos protestantes holandeses contra a Espanha, foi mortalmente ferido por um agente espanhol. Este assassinato deu força enorme aos argumentos de Walsingham contra Mary, e a opinião pública inglesa reagiu com veemência.

Ao mesmo tempo, os sentimentos da Espanha, com relação à Inglaterra, já azedados pelas incursões dos corsários ingleses, sob a convivência de Elisabeth, se transformaram em franca hostilidade. Uma vez restaurada a hegemonia espanhola, os Países Baixos seriam a base para um ataque final à ilha, e assim Elisabeth foi compelida a enviar Leicester, com um exército inglês, para a Holanda, a fim de evitar a destruição completa desse país.

A morte de Mary Stuart

Churchill (1960) destaca que uma liga da elite protestante foi voluntariamente formada, em 1585, para defender a vida de Elisabeth. No ano seguinte, foram levadas por Walsingham, ao Conselho provas de uma conspiração engendrada por um certo Antonio Babington, católico inglês. Isso aconteceu graças a um espião que se infiltrou entre os conspiradores e com eles viveu durante mais de um ano. A ligação de Mary com os conspiradores era inegável; Maria estava fortemente implicada e o Parlamento clamou por sangue.

A rainha, aparentemente relutante, assinou a condenação à morte da prima, e Mary foi decapitada no castelo de Fotheringhay, no condado de Northamptonshire, em 1587. "Foram precisos três golpes da espada do

carrasco para cortar aquela cabeça. As tragédias da juventude foram esquecidas e muitos a consideraram uma mártir” (MAUROIS, 1965, p. 289). O seu próprio filho, Jaime, não esquecia que a morte de Mary Ihe assegurava o trono da Inglaterra e ele dizia: “A minha religião fez-me sempre odiar a sua conduta, embora a honra me obrigasse a defender-lhe a vida” (MAUROIS, 1965, p. 289).

Quando a notícia chegou a Londres, foram acesas festivas fogueiras nas ruas, enquanto Elisabeth, sentada na solidão dos seus aposentos, chorava mais pela sorte da rainha do que da mulher. Elisabeth não queria dar aos súditos o espetáculo e o exemplo de uma rainha decapitada. Acabou lançando a responsabilidade desse gesto aos seus conselheiros masculinos já que Elisabeth tinha horror em ser a responsável pela morte de uma companheira de nobreza e embora compreendesse que isso era essencial para a segurança do seu país, desejava que a decisão suprema e final não caísse sobre seus ombros.

Considerações finais

Na guerra dos tronos, sabedoria, perspicácia política, firmeza de caráter, coragem militar, habilidade no cálculo de poder, capacidade de sedução e destreza para lidar com a *Fortuna* são ferramentas indispensáveis ao exercício do poder político: conquista, manutenção do poder. A rainha inglesa Elisabeth evitou a todo o momento criar uma inimizade ou conflito com a prima e rainha católica Mary Stuart. Tinha suas razões.

Primeiro, temia que o norte da Inglaterra, de maioria católica, visse Mary como uma alternativa ao poder e pegasse em armas contra a sua própria rainha. Segundo, o temor em relação de excomunhão expedida pelo papa Pio V. Terceiro, as ameaças espanholas que se tornavam cada vez mais frequentes. Depois de duas rebeliões mal sucedidas e a tentativa malograda de assassinar a rainha Elisabeth, o ministro Walsingham tramava armadilhas para testar a lealdade de Mary Stuart e provar a cumplicidade dela com as conspirações contra a rainha Elisabeth. Ingenualmente, a rainha escocesa Mary Stuart caiu numa dessas ciladas.

Com apoio do Parlamento e pressão dos ministros, a rainha Elisabeth se viu obrigada a mandar executar Mary Stuart. Por fim, como uma estadista dotada de *virtú*, responsabilizou seus conselheiros pela morte da prima e companheira da nobreza. Elisabeth foi capaz de promover a estabilidade no reino da Inglaterra, dominou as situações e inseriu sua ação no tempo.

Referências bibliográficas

CHURCHILL, W. *História dos povos de língua inglesa: o novo mundo*. São Paulo: IBRASA, 1960.

HELIODORA, B. *A expressão dramática do homem político em Shakespeare*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Falando de Shakespeare*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. *Reflexões shakespearianas*. Rio de Janeiro: Lacerda, 2004.

MAUROIS, A. *História da Inglaterra*. 4. ed. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores,